

ÍNDICE

PARTE VI DOS CONTRATOS DE ALIENAÇÃO

SECÇÃO 1: DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA	9
1. Noção e aspectos gerais	9
2. Características qualificativas do contrato de compra e venda	12
2.1. A compra e venda como contrato nominado e típico	12
2.2. A compra e venda como contrato primordialmente não formal	12
2.3. A compra e venda como contrato consensual	12
2.4. A compra e venda como contrato obrigacional e real <i>quoad effectum</i>	13
2.5. A compra e venda como contrato oneroso	13
2.6. A compra e venda como contrato sinalagmático	14
2.7. A compra e venda como contrato normalmente comutativo, sendo por vezes aleatório	14
2.8. A compra e venda como contrato de execução instantânea	15
3. Forma do contrato de compra e venda	15
4. Efeitos essenciais	19
4.1. Generalidades	19
4.2. O efeito real	20
4.2.1. A adopção dos princípios da consensualidade e da causalidade no Direito Português	20
4.2.2. Apreciação da possibilidade de existirem excepções em relação a esses princípios	25
4.2.3. A publicidade da transmissão da propriedade	27
4.2.4. O risco no contrato de compra e venda	28
4.3. Os efeitos obrigacionais	29
4.3.1. O dever de entregar a coisa	29
4.3.2. Outros deveres do vendedor	33

4.3.3. O dever de pagar o preço	34
4.3.4. Outros deveres do comprador	38
5. Proibições de venda	38
5.1. Generalidades	38
5.2. Venda de coisa ou direito litigioso	39
5.3. Venda a filhos ou netos	41
5.4. Compra de bens do incapaz pelos seus pais, tutor, curador, administrador legal de bens, protutor, que exerça as funções de tutor ou acompanhante	43
5.5. Venda entre cônjuges	45
5.6. Compra de bens da massa insolvente pelo administrador da insolvência	46
6. Modalidades específicas de venda	47
6.1. Venda de bens futuros, de frutos pendentes e de partes componentes ou integrantes de uma coisa	47
6.2. Venda de bens de existência ou titularidade incerta	50
6.3. Venda com reserva de propriedade	52
6.3.1. Generalidades	52
6.3.2. Regime da venda com reserva de propriedade	54
6.3.3. Natureza jurídica da venda com reserva de propriedade	59
6.4. Venda a prestações	66
6.4.1. Regime geral	66
6.4.2. A venda a prestações efectuada no âmbito de relações de consumo	70
6.5. Locação-venda	74
6.6. Venda de coisas sujeitas a contagem, pesagem e medição	76
6.7. Venda a retro	81
6.7.1. Generalidades	81
6.7.2. Forma do contrato	83
6.7.3. Regime	83
6.7.4. Natureza jurídica	85
6.8. Venda a contento e venda sujeita a prova	86
6.8.1. Generalidades	86
6.8.2. A primeira modalidade de venda a contento	87
6.8.3. A segunda modalidade de venda a contento	88
6.8.4. A venda sujeita a prova	89
6.9. Venda sobre documentos	90
6.10. Compra e venda comercial	91
7. Perturbações típicas do contrato de compra e venda	95
7.1. Generalidades	95
7.2. Venda de bens alheios	96

7.2.1.	Generalidades	96
7.2.2.	Pressupostos da venda de bens alheios	97
7.2.2.1.	Venda como própria de uma coisa alheia específica e presente, fora do âmbito das relações comerciais	97
7.2.2.2.	Ausência de legitimidade para a venda	98
7.2.3.	Efeitos da venda de bens alheios	99
7.2.3.1.	Nulidade da venda e obrigação de restituição	99
7.2.3.2.	Eventual convalidação do contrato	103
7.2.3.3.	Obrigação de convalidação	104
7.2.3.4.	Indemnização	105
7.2.3.5.	Garantia de restituição por benfeitorias	108
7.2.4.	Casos especiais	109
7.2.4.1.	Venda de bens parcialmente alheios	109
7.2.4.2.	Venda de coisa indivisa por apenas um dos seus titulares	110
7.2.5.	Restrições convencionais ao regime da venda de bens alheios	111
7.3.	Venda de bens onerados	112
7.3.1.	Pressupostos da venda de bens onerados	112
7.3.2.	Efeitos da venda de bens onerados	114
7.3.2.1.	Generalidades	114
7.3.2.2.	Anulabilidade do contrato por erro ou dolo	115
7.3.2.3.	Eventual convalescença do contrato	115
7.3.2.4.	Obrigação de fazer convalescer o contrato e de cancelamento dos registos	116
7.3.2.5.	Indemnização	116
7.3.2.6.	Redução do preço	119
7.3.3.	Restrições convencionais a este regime	119
7.4.	Venda de coisas defeituosas	120
7.4.1.	Generalidades	120
7.4.2.	Pressupostos de aplicação do regime da venda específica de coisas defeituosas	122
7.4.3.	Efeitos da venda específica de coisas defeituosas	124
7.4.3.1.	Generalidades	124
7.4.3.2.	Anulação do contrato por erro ou dolo	124
7.4.3.3.	Reparação ou substituição da coisa	124
7.4.3.4.	Indemnização	125
7.4.3.5.	Redução do preço	127
7.4.3.6.	Forma e prazos de exercício do direito	127
7.4.3.7.	Cláusulas de exclusão da garantia	129
7.4.4.	O regime dos defeitos supervenientes e dos defeitos na venda de coisa futura ou na venda de coisa genérica	129

7.4.5. Venda sobre amostra	130
7.4.6. Venda de animais	131
7.4.7. Garantia de bom funcionamento	133
7.4.8. O regime da venda de bens de consumo	135
7.4.8.1. Generalidades	135
7.4.8.2. Âmbito de aplicação da garantia contratual sobre bens de consumo	138
7.4.8.3. A imposição da conformidade do bem entregue com o contrato	141
7.4.8.3.1. A conformidade como garantia nos contratos com os consumidores	141
7.4.8.3.2. Presunção de não conformidade	143
7.4.8.3.3. A garantia de conformidade nos bens objecto de instalação	151
7.4.8.3.4. Exclusão da garantia de conformidade	151
7.4.8.3.5. Momento relevante para a verificação da conformidade	153
7.4.8.4. Direitos do consumidor perante a falta de conformidade	155
7.4.8.5. Prazos	159
7.4.8.6. A responsabilidade directa do produtor	160
7.4.8.7. O direito de regresso do vendedor final	163
7.4.8.8. As garantias comerciais	165
7.4.8.9. Carácter injuntivo do regime da venda de bens de consumo	168
 SECÇÃO 2: DO CONTRATO DE TROCA OU PERMUTA	171
1. Noção e aspectos gerais	171
2. Características qualificativas do contrato de troca	172
3. Regime aplicável	173
 SECÇÃO 3: DO CONTRATO DE DOAÇÃO	175
1. Noção e aspectos gerais	175
2. Elementos constitutivos do contrato de doação	176
2.1. Generalidades	176
2.2. Atribuição patrimonial geradora de enriquecimento	177
2.3. Diminuição do património do doador	177
2.4. Espírito de liberalidade	178
3. Características qualificativas do contrato de doação	180
3.1. A doação como contrato nominado e típico	180

3.2. A doação como contrato primordialmente formal	180
3.3. A doação como contrato primordialmente consensual	180
3.4. A doação como contrato que tanto pode ser obrigacional como real <i>quoad effectum</i> , isolada ou conjuntamente	180
3.5. A doação como contrato gratuito	181
3.6. A doação como contrato não sinalagmático	181
3.7. A doação como contrato que tanto pode ser de execução instantânea como periódica	181
4. Objecto da doação	181
5. Forma do contrato de doação	184
6. A formação do contrato	185
6.1. Processo de formação do contrato de doação	185
6.2. Capacidade activa e passiva para o contrato de doação	186
6.3. O mandato para doar	192
6.4. O contrato-promessa de doação	193
7. Invalidade e confirmação da doação	196
8. Efeitos da doação	196
8.1. Generalidades	196
8.2. A doação real	197
8.3. A doação obrigacional	198
9. Cláusulas acessórias nas doações	199
9.1. Generalidades	199
9.2. Reserva de usufruto	199
9.3. Reserva do direito de dispor de coisa determinada ou de certa quantia sobre os bens doados	200
9.4. Cláusula de reversão	202
9.5. Substituições fideicomissárias	202
9.6. Doação sujeita a condição	204
9.7. Doação modal	206
10. Proibições de doação	209
10.1. Generalidades	209
10.2. Doações a favor de tutor, administrador legal de bens, protutor que substitua o tutor, ou acompanhante	209
10.3. Doação a favor de médicos, enfermeiros ou sacerdotes	211
10.4. Doação a favor do notário, intérprete ou testemunhas que tenham intervenção no acto	212
10.5. Doação a favor do cúmplice do doador adúltero	212
10.6. Doações entre cônjuges sujeitos ao regime imperativo de separação de bens	212
10.7. Doações a favor de partidos políticos e de estruturas de representação de trabalhadores e empregadores	213

11. Modalidades atípicas de doações	214
11.1. A doação remuneratória	214
11.2. A doação por morte	216
11.3. A partilha em vida	219
11.4. As doações para casamento	220
11.5. As doações entre casados	226
12. O regime das perturbações da prestação no contrato de doação	228
12.1. Generalidades	228
12.2. Doação de bens alheios	229
12.3. Doação de bens onerados ou de coisas defeituosas	231
13. Extinção das doações	232
13.1. A revogação por ingratidão do donatário	232
13.2. A colação	235
13.3. A redução por inoficiosidade	239

PARTE VII
DO CONTRATO DE SOCIEDADE

SECÇÃO ÚNICA: O CONTRATO DE SOCIEDADE CIVIL	245
1. Generalidades. Nota Histórica	245
2. Elementos e características qualificativas do contrato de sociedade	251
2.1. Conceito de sociedade	251
2.2. Elementos constitutivos da sociedade	253
2.2.1. <i>O instrumento</i> : contribuição com bens ou serviços	253
2.2.2. <i>O objecto</i> : exercício em comum de uma actividade económica que não seja de mera fruição	255
2.2.3. <i>A organização</i> : estrutura coordenadora da gestão da actividade societária	257
2.2.4. <i>O fim</i> : a repartição dos lucros	258
2.3. Características qualificativas da sociedade civil	258
2.3.1. A sociedade civil como pessoa colectiva	258
2.3.2. O problema da qualificação do contrato de sociedade	260
2.3.3. A sociedade como contrato consensual	263
2.3.4. A sociedade civil como contrato primordialmente não formal	263
2.3.5. A sociedade como contrato de execução continuada ou duradoura	265
2.3.6. A sociedade como contrato sinalagmático e oneroso	265
2.3.7. A sociedade como contrato aleatório	266
2.3.8. A sociedade civil como contrato <i>intuitu personae</i>	267
2.3.9. A sociedade civil como contrato obrigacional e ainda real <i>quoad effectum</i> , quando a entrada estipulada consistir na transferência de um direito real	267

3. As relações internas	269
3.1. Obrigações dos sócios	269
3.1.1. A obrigação de entrada	269
3.1.2. Deveres acessórios impostos pela boa fé	273
3.2. Direitos dos sócios	275
3.3. A estrutura organizativa	279
4. As relações externas	282
4.1. A representação da sociedade	282
4.2. A responsabilidade pelas obrigações sociais	282
4.3. Responsabilidade por factos ilícitos	285
5. Extinção do vínculo social relativamente a um sócio	285
5.1. Morte do sócio	285
5.2. A exoneração e exclusão de sócios	288
6. Dissolução e liquidação da sociedade	291
6.1. As causas de dissolução	291
6.2. A liquidação da sociedade	294

PARTE VIII DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DE GOZO

SECÇÃO I: DO CONTRATO DE LOCAÇÃO	299
1. Noção e aspectos gerais	299
2. Elementos constitutivos do contrato de locação	302
2.1. Generalidades	302
2.2. Obrigação de proporcionar a outrem o gozo de uma coisa	303
2.3. Carácter temporário	304
2.4. Retribuição	305
3. Características qualificativas do contrato de locação	306
3.1. A locação como contrato nominado e típico	306
3.2. A locação como contrato consensual	306
3.3. A locação como contrato primordialmente não formal	307
3.4. A locação como contrato obrigacional (e não real <i>quoad effectum</i>). O problema da natureza do direito do locatário	307
3.5. A locação como contrato oneroso	309
3.6. A locação como contrato sinalagmático	310
3.7. A locação como contrato comutativo	310
3.8. A locação como contrato de execução duradoura	310
4. Objecto da locação	310
5. Forma do contrato de locação	311
6. Formação do contrato de locação	311

6.1.	Capacidade para a celebração do contrato de locação	311
6.2.	Legitimidade para a celebração do contrato de locação	312
6.3.	O contrato-promessa de locação	314
7.	Efeitos essenciais da locação	315
7.1.	Obrigações do locador	315
7.1.1.	Obrigações de entrega	315
7.1.2.	Obrigações de assegurar ao locatário o gozo da coisa para os fins a que esta se destina	315
7.1.3.	Pagamento dos encargos da coisa locada	316
7.1.4.	Obrigações de reembolso de benfeitorias	317
7.1.5.	Obrigações de preferência	319
7.2.	Obrigações do locatário	320
7.2.1.	Obrigações de pagamento da renda ou aluguer	320
7.2.1.1.	Generalidades	320
7.2.1.2.	Fixação e alteração da renda e aluguer	320
7.2.1.2.1.	Arrendamento urbano	320
7.2.1.2.2.	Arrendamento rural	322
7.2.1.3.	Tempo do cumprimento	323
7.2.1.4.	Lugar do cumprimento	323
7.2.1.5.	Consequências da mora do locatário	324
7.2.1.6.	Garantias de pagamento	325
7.2.2.	Obrigações de facultar ao locador o exame da coisa locada	326
7.2.3.	Obrigações de não aplicar a coisa a fim diverso daquele a que ela se destina	326
7.2.4.	Obrigações de não fazer da coisa locada uma utilização imprudente	327
7.2.5.	Obrigações de tolerar as reparações urgentes, bem como quaisquer outras que sejam ordenadas por autoridade pública	328
7.2.6.	Obrigações de não proporcionar a outrem o gozo total ou parcial da coisa por meio de cessão onerosa ou gratuita da sua posição jurídica, sublocação ou comodato, excepto se a lei o permitir ou o locador o autorizar	329
7.2.7.	Obrigações de comunicar ao locador, dentro de quinze dias, a cedência do gozo da coisa, sempre que esta seja permitida ou autorizada	330
7.2.8.	Obrigações de avisar imediatamente o locador, sempre que tenha conhecimento de vícios na coisa, ou saiba que a ameaça algum perigo, ou que terceiros se arrogam direitos em relação a ela, desde que o facto seja ignorado pelo locador	330

7.2.9. Obrigação de restituir a coisa locada, findo o contrato	330
8. Proibições de locação	331
9. Vicissitudes do contrato de locação	332
9.1. Transmissão da posição contratual do locador	332
9.2. Sucessão na posição de locador	334
9.3. Transmissão da posição contratual do locatário	334
9.4. Sucessão na posição do locatário	336
9.5. Sublocação	339
10. O regime das perturbações da prestação no contrato de locação	341
10.1. Regime geral	341
10.1.1. Vícios da coisa locada	341
10.1.2. Ilegitimidade do locador ou deficiência do seu direito	344
10.2. O regime específico da locação de bens de consumo	344
11. Extinção do contrato de locação	345
11.1. Generalidades	345
11.2. Revogação	345
11.3. Resolução	345
11.3.1. Resolução pelo locador	345
11.3.2. Resolução pelo locatário	348
11.4. Caducidade	349
11.4.1. Regime geral	349
11.4.2. Eventual renovação do contrato e direito de preferência no futuro arrendamento do prédio	350
11.5. Denúncia e oposição à renovação	351
11.5.1. Generalidades	351
11.5.2. Denúncia e oposição à renovação pelo locador	352
11.5.2.1. O regime do arrendamento urbano	352
11.5.2.1.1. Generalidades	352
11.5.2.1.2. Os contratos com duração indeterminada	352
11.5.2.1.3. Os contratos com prazo certo	355
11.5.2.2. O regime do arrendamento rural	356
11.5.3. Denúncia e oposição à renovação pelo locatário	357
 SECÇÃO 2: DO CONTRATO DE PARCERIA PECUÁRIA	 359
1. Noção e aspectos gerais	359
2. Características qualificativas do contrato de parceria pecuária	359
3. Regime aplicável	361

SECÇÃO 3: DO CONTRATO DE COMODATO	365
1. Noção e aspectos gerais	365
2. Características qualificativas do contrato de comodato	366
2.1. O comodato como contrato real <i>quoad constitutionem</i>	366
2.2. O comodato como contrato não formal	366
2.3. O comodato como contrato gratuito	366
2.4. O comodato como contrato não sinalagmático	367
3. A formação do contrato	367
3.1. Processo de formação do contrato de comodato	367
3.2. Capacidade e legitimidade das partes	368
4. Objecto do contrato	369
5. Obrigações do comodante	369
5.1. Obrigação de não perturbar o uso da coisa pelo comodatário	369
5.2. Obrigação de reembolso de benfeitorias	369
6. Direitos do comodatário	370
6.1. Direito de uso da coisa	370
6.2. Direito de retenção	372
7. Obrigações do comodatário	372
7.1. Obrigação de guardar e conservar a coisa emprestada	372
7.2. Obrigação de facultar ao comodante o exame da coisa emprestada	374
7.3. Obrigação de não aplicar a coisa a fim diverso daquele a que ela se destina	374
7.4. Obrigação de não fazer da coisa emprestada uma utilização imprudente	375
7.5. Obrigação de tolerar quaisquer benfeitorias que o comodante queira realizar na coisa	375
7.6. Obrigação de não proporcionar a terceiro o uso da coisa, excepto se comodante o autorizar	376
7.7. Obrigação de avisar imediatamente o comodante, sempre que tenha conhecimento de vícios na coisa, ou saiba que a ameaça algum perigo, ou que terceiros se arrogam direitos em relação a ela, desde que o facto seja ignorado do comodante	376
7.8. Obrigação de restituir a coisa emprestada, findo o contrato	377
8. O regime das perturbações da prestação no comodato	378
9. Extinção do contrato	378

PARTE IX
DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

SECÇÃO ÚNICA: DO CONTRATO DE MÚTUO	383
1. Noção e aspectos gerais	383
2. Características qualificativas do contrato de mútuo	384

2.1. O mútuo como contrato nominado e típico	384
2.2. O mútuo como contrato primordialmente não formal	384
2.3. A questão do carácter real <i>quoad constitutionem</i> do mútuo e a discussão em torno da admissibilidade do mútuo consensual	384
2.4. O mútuo como contrato obrigacional e real <i>quoad effectum</i>	390
2.5. O mútuo como contrato naturalmente oneroso, podendo ser também gratuito	390
2.6. A questão do cariz sinalagmático do contrato de mútuo	392
2.7. O mútuo como contrato comutativo	393
2.8. O mútuo como contrato sem cariz <i>intuitu personae</i>	394
3. Objecto do mútuo	394
4. Forma do mútuo	396
5. A formação do contrato de mútuo	397
5.1. O processo de formação do contrato de mútuo	397
5.2. Capacidade e legitimidade das partes	398
5.3. A celebração do mútuo por intermédio de mandatário ou representante	400
5.4. O contrato-promessa de mútuo	402
6. Invalidez do contrato de mútuo	404
7. Efeitos do mútuo	406
7.1. Generalidades	406
7.2. Transferência da propriedade	406
7.3. Obrigações do mutuário	407
7.3.1. A obrigação de restituição do <i>tantundem eiusdem generis</i>	407
7.3.2. A obrigação de juros	410
8. Cláusulas acessórias no contrato de mútuo	411
8.1. Generalidades	411
8.2. A condição	411
8.3. O termo	413
8.4. O modo ou encargo	413
9. Proibições de mútuo	414
10. Modalidades especiais de mútuo	414
10.1. O empréstimo mercantil	414
10.2. O mútuo bancário	415
10.3. O mútuo garantido por penhor	417
10.4. mútuo de escopo	419
10.4.1. Caracterização geral	419
10.4.2. Casos de mútuo de escopo	421
11. O regime das perturbações da prestação no âmbito do mútuo	422
12. Extinção do mútuo	423

PARTE X
DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

SECÇÃO 1: GENERALIDADES	429
SECÇÃO 2: DO CONTRATO DE MANDATO	431
1. Generalidades. Nota histórica	431
2. Elementos essenciais do contrato de mandato	434
2.1. Obrigação de praticar um ou mais actos jurídicos	434
2.2. Actuação do mandatário por conta do mandante	434
3. Características qualificativas do contrato de mandato	435
3.1. O mandato como contrato nominado e típico	435
3.2. O mandato como contrato primordialmente não formal	435
3.3. O mandato como contrato que tanto pode ser gratuito como oneroso	436
3.4. O mandato como contrato sinalagmático ou sinalagmático imperfeito	436
4. Forma do contrato de mandato	437
5. A formação do contrato de mandato	438
5.1. O processo de formação do contrato de mandato	438
5.2. Capacidade das partes	439
5.3. Legitimidade das partes	440
6. Extensão do mandato	440
6.1. A distinção entre mandato geral e mandato especial	440
6.2. Âmbito do mandato geral	441
6.3. Âmbito do mandato especial	441
7. Obrigações do mandante	442
7.1. Obrigação de fornecer os meios necessários à execução do mandato, se outra coisa não foi convencionada	442
7.2. Obrigação de pagar a retribuição devida e fazer provisão por conta dela, consoante os usos	443
7.3. Obrigação de reembolsar o mandatário das despesas feitas	444
7.4. Obrigação de indemnizar o mandatário do prejuízo sofrido em consequência do mandato	445
8. Direitos do mandatário	446
8.1. Generalidades	446
8.2. Direito de retenção	446
9. Obrigações do mandatário	447
9.1. Obrigação de executar o mandato com respeito pelas instruções recebidas	447
9.2. Obrigações de informação e de comunicação	448
9.3. Obrigação de prestar contas	449

9.4. Obrigação de entregar ao mandante tudo o que recebeu em execução ou no exercício do mandato	450
9.5. Outras obrigações do mandatário	451
10. Substitutos e auxiliares do mandatário	451
11. A pluralidade de partes na relação de mandato	454
12. As relações com terceiros	454
12.1. A situação do mandato com representação	454
12.2. A situação do mandato sem representação	456
13. Modalidades especiais de mandato	464
13.1. O mandato comercial	464
13.2. O mandato judicial	468
14. Extinção do mandato	469
14.1. Generalidades	469
14.2. A revogação unilateral do mandato	470
14.3. A caducidade do mandato	472
14.4. O regime especial da extinção do mandato também no interesse do mandatário ou de terceiro	474
14.4.1. O regime da revogação unilateral pelo mandante	474
14.4.2. O regime da caducidade do mandato	476
SECÇÃO 3: DO CONTRATO DE DEPÓSITO	477
1. Generalidades	477
2. Características qualificativas do contrato de depósito	478
2.1. O depósito como contrato nominado e típico	478
2.2. O depósito como contrato não formal	478
2.3. O depósito como contrato que pode ser quer gratuito quer oneroso	478
2.4. O depósito como contrato real <i>quoad constitutionem</i>	478
2.5. O depósito como contrato de execução continuada	479
3. Forma do contrato de depósito	479
4. A formação do contrato de depósito	479
4.1. O processo de formação do contrato de depósito	479
4.2. Capacidade e legitimidade para o depósito	480
4.3. O contrato-promessa de depósito	481
5. Objecto do depósito	481
6. Obrigações do depositante	482
6.1. Obrigação de pagar a retribuição devida, quando seja esse o caso	482
6.2. Obrigação de reembolso de despesas	482
6.3. Obrigação de indemnização	483
7. Direitos do depositário	483
7.1. Generalidades	483
7.2. Manutenção e recuperação da detenção da coisa	484

7.3. Direito de retenção	484
8. Obrigações do depositário	485
8.1. Obrigação de guarda e custódia da coisa depositada	485
8.2. Obrigação de se abster de usar a coisa e de a dar em depósito a outrem, se não houver autorização do depositante	487
8.3. Obrigação de avisar imediatamente o depositante, quando saiba que algum perigo ameaça a coisa ou que terceiro se arroga direitos em relação a ela, desde que o facto seja desconhecido do depositante	488
8.4. Obrigação de restituir a coisa com os seus frutos	488
9. Modalidades especiais de depósito	490
9.1. O depósito de coisa controvertida	490
9.2. O depósito irregular	491
9.3. O depósito mercantil	495
9.4. O depósito bancário	495
9.5. O depósito em processo executivo	497
10. Extinção do depósito	499
10.1. Regime geral	499
10.2. O regime particular de extinção do depósito também no interesse de terceiro	501
SECÇÃO 4: DO CONTRATO DE EMPREITADA	503
1. Generalidades	503
2. Empreitada de direito público e de direito privado	507
3. Natureza civil ou comercial da empreitada de direito privado	508
4. Características qualificativas da empreitada	508
4.1. A empreitada como contrato nominado e típico	508
4.2. A empreitada como contrato normalmente não formal	509
4.3. A empreitada como contrato consensual	509
4.4. A empreitada como contrato obrigacional, podendo ser também <i>real quoad effectum</i>	509
4.5. A empreitada como contrato oneroso	509
4.6. A empreitada como contrato sinalagmático	510
4.7. A empreitada como contrato comutativo	510
4.8. A empreitada como contrato de execução instantânea, ainda que prolongada	510
5. Objecto da empreitada	510
6. Forma do contrato de empreitada	513
7. A formação do contrato de empreitada	513
7.1. O processo de formação do contrato de empreitada	513
7.2. Capacidade das partes	514
7.3. Legitimidade das partes	515

8. Efeitos do contrato de empreitada	516
8.1. Direitos do dono da obra	516
8.1.1. Aquisição e recepção da obra	516
8.1.2. Fiscalização da obra	516
8.2. Deveres do dono da obra	517
8.2.1. Pagamento do preço	517
8.2.2. Verificação, comunicação e aceitação da obra	519
8.3. Direitos do Empreiteiro	523
8.3.1. Recepção do preço	523
8.3.2. Direito de retenção	524
8.4. Deveres do empreiteiro	526
8.4.1. Realização da obra	526
8.4.2. Fornecimento de materiais e utensílios	528
8.4.3. Guarda e conservação da coisa	528
8.4.4. Entrega da coisa	528
8.5. Transferência da propriedade da obra	529
8.5.1. Generalidades	529
8.5.2. Empreitada de construção de coisa móvel	530
8.5.3. Empreitada de construção de coisa imóvel	530
9. Vicissitudes do contrato de empreitada	532
9.1. Alterações ao plano convencionado	532
9.1.1. Generalidades	532
9.1.2. Alterações da iniciativa do empreiteiro	532
9.1.3. Alterações necessárias	533
9.1.4. Alterações exigidas pelo dono da obra	535
9.1.5. Alterações posteriores à entrega e obras novas	536
9.2. Subempreitada	538
10. O regime das perturbações da prestação no contrato de empreitada	541
10.1. O regime geral das perturbações da prestação no contrato de empreitada	541
10.1.1. Generalidades	541
10.1.2. Modalidades de perturbações da prestação	542
10.1.3. Situações de irresponsabilidade do empreiteiro	544
10.1.4. O direito de eliminação dos defeitos	545
10.1.5. O direito de exigir nova construção	546
10.1.6. O direito de redução do preço	547
10.1.7. O direito de resolução do contrato	548
10.1.8. O direito de indemnização	550
10.1.9. A caducidade dos direitos do dono da obra	551
10.1.10. Os direitos do dono da obra em empreitadas de imóveis destinadas a longa duração	552

10.2. O regime específico da empreitada de bens de consumo	555
11. Extinção do contrato de empreitada	557
11.1. Generalidades	557
11.2. A impossibilidade de cumprimento e o risco pela perda ou deterioração da obra	557
11.2.1. Impossibilidade de cumprimento	557
11.2.2. Risco pela perda ou deterioração da obra	559
11.3. Desistência do dono da obra	560
11.4. Morte ou incapacidade do empreiteiro	561

PARTE XI
DOS CONTRATOS DE RENDA

SECÇÃO 1: GENERALIDADES	565
SECÇÃO 2: DO CONTRATO DE RENDA PERPÉTUA	567
1. Generalidades	567
2. Características qualificativas do contrato de renda perpétua	567
3. Regime	569
SECÇÃO 3: DO CONTRATO DE RENDA VITALÍCIA	573
1. Generalidades	573
2. Características qualificativas do contrato de renda vitalícia	573
3. Regime	574

PARTE XII
DOS CONTRATOS DE JOGO E APOSTA

SECÇÃO ÚNICA: OS CONTRATOS DE JOGO E APOSTA	579
1. Generalidades	579
2. Características qualificativas dos contratos de jogo e aposta	579
3. Regime	580

PARTE XIII
DOS CONTRATOS DE JUSTIÇA PRIVADA

SECÇÃO ÚNICA: O CONTRATO DE TRANSACÇÃO	585
1. Generalidades	585
2. Características qualificativas do contrato de transacção	586
3. Regime	586